

DA ORGANICIDADE AO FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA: UMA POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO PARA O ENSINO DE SINTAXE¹

Ezilda Rosania Conceição Netto Beloni²

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma atividade desenvolvida numa escola da rede pública do estado de Rondônia, na cidade de Vilhena, com uma turma de oitavo ano, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/Unemat/Cáceres, sustentada na Análise de Discurso Materialista, na relação com a Semântica da Enunciação e com a História das Ideias Linguísticas. Objetivamos, neste artigo, dar visibilidade a uma proposta de ressignificação do ensino da Língua Portuguesa pela perspectiva da gramática, realizada na modalidade de projeto de intervenção, de modo que fizemos um recorte selecionando o componente sintático “sujeito”, mobilizando os conceitos que promovem o funcionamento da língua, indo além da organicidade, conforme propõe as teorias mencionadas. Nessa direção, vislumbramos promover uma prática de ensino de língua politicamente significada, embasada e sustentada teoricamente, conforme lemos em Dias:

Quando se fala em ensino de gramática, é comum que se pense apenas nos aspectos prescritivos, isto é, nas regras. Na nossa concepção, ao contrário, quando falamos em ensino de gramática estamos falando antes de tudo em um conhecimento sobre a língua, fundamentado numa boa reflexão sobre seu funcionamento. (DIAS, 2000, p. 22).

Empreendemos uma prática que consideramos inovadora, mobilizando a discursividade dos aspectos linguísticos, de maneira que pudemos empreender um trabalho de ensino da disciplina de Língua Portuguesa colocando em evidência o funcionamento da língua, diferenciando-se de lição gramatical, conforme propõe Dias (1998, p. 115): “sendo um fato discursivo, há que se pensar nas condições de produção do enunciado. Há que se conceber que há um sujeito do discurso, de memória que não coincide, necessariamente com o sujeito gramatical”.

Exposição do referencial teórico-analítico

À luz da AD, investimos em atividades nas quais pudemos dar voz aos nossos alunos, protagonistas do processo do ensino-aprendizagem, almejando a assunção à autoria inscrita na história, pois, vemos em Orlandi (2015, p. 74) que “como autor, o sujeito ao mesmo tempo que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo, sua identidade

¹ Trabalho sob orientação de Maristela Cury Sarian (Professora da UNEMAT).

² Professora da Educação Básica do Estado de Rondônia. Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/Unemat Cáceres-MT.

como autor”. Nessa direção, demos visibilidade às condições de produção dos materiais trabalhados, ao funcionamento da memória discursiva, à relação paráfrase – polissemia, entre outros conceitos que nos permitiram colocar em funcionamento a noção de textualidade, no batimento com as formas linguísticas.

Ancoradas na História das Ideias Linguísticas, vimos em Orlandi (2000, p.34) que “historicamente, o ensino de português, língua nacional, está ligado à gramática. A gramática é, pois, a forma dominante de estudos da língua na Escola”, o que tem sido materializado pelo trabalho com o livro didático (doravante, LD), nas aulas de Língua Portuguesa, na maioria das escolas públicas. Desse modo, “não falamos mais da função da gramática, mas do funcionamento da produção de um saber sobre a língua na relação desta com o sujeito e a sociedade na história. Falamos do funcionamento histórico-social da gramática”.

Na Semântica da Enunciação, buscamos noções mais específicas em torno da sintaxe e, assim, acionamos as noções de ocupação do lugar sintático de sujeito e rede enunciativa, na relação com os referenciais históricos e sociais, tendo como principal referência neste campo os trabalhos desenvolvidos e coordenados por Luiz Francisco Dias (1998, 2000, 2003, 2006, 2018, 2021, no prelo).

Quando concebemos a gramática não só a partir da dimensão orgânica da língua, mas também a partir da dimensão enunciativa, chegamos ao conceito de lugar sintático. [...] [Essa noção] nos permite sair das afirmações dispersas sobre a língua, que caracterizam as gramáticas da linha tradicional. O conceito de lugar torna-se base para o tratamento das funções sintáticas, permitindo uma explicação integrada para os fenômenos gramaticais. (DIAS, 2003, p. 68).

Mobilizando as noções de ocupação do lugar sintático, compreendemos que é o lugar sintático que determina a constituição do sujeito. Dias (2009, p. 20) nos ensina que “o lugar de sujeito aciona o verbo que sai do estado de dicionário e se constitui como base de uma predicação”. Nessa direção, corroboramos com Pena (2015, p. 105) ao defender a tese de que “o lugar sintático de sujeito é o responsável pela instauração da sentença”.

No que concerne à noção de rede enunciativa, Dias nos ensina que “a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. (DIAS, 2018, p. 35). O trabalho com redes enunciativas nos permite desenvolver um procedimento de demonstração das relações articuladas, através de semelhanças e diferenças nas construções linguísticas produzidas pelos próprios alunos, de forma que podemos compreender como o componente sujeito, em funcionamento no texto, propõe mudanças significativas quanto aos efeitos de sentidos produzidos.

A metodologia em funcionamento

Trabalhamos de forma de criar as condições para os gestos de leitura e interpretação com diferentes materialidades textuais, partindo dos textos em circulação no LD adotado pela escola, para construir uma possibilidade de ressignificação no ensino da sintaxe. A opção do trabalho com o LD ocorreu

pelo fato de que “compreendemos o livro didático como um instrumento de ensino constituído e instituído no processo de disciplinarização de um campo do saber que se estabelece, de forma contraditória, entre dois mundos: o mundo da invenção e da produção de saberes” (SARIAN, 2017, p.262) e “no qual se delineiam e se implementam as políticas públicas de ensino de língua(s) (Ibidem, p.263), corroborando para a estabilização dos sentidos e, ao mesmo tempo, nos demandando sua ressignificação.

Juntamente com os alunos, realizamos a seleção de textos no LD *Português Linguagem*, de William Cereja e Thereza Cochar. Elegemos uma tira, a partir da qual apresentaremos a atividade proposta pelo LD, seguida de uma breve análise. Na sequência, apresentamos, sinteticamente, nosso gesto de ressignificação e nossa compreensão de alguns dos efeitos produzidos.

Leia a tira a seguir e responda às questões



(O Menino Maluquinho – As melhores tiras. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 42.)

6. O Menino Maluquinho e seus amigos vão ao cinema. No 2º quadrinho, eles opinam sobre o filme visto. Na fala das personagens aparecem três formas verbais: **adorei**, **morri**, **chorei**. Qual é o tipo de sujeito dessas formas verbais? *sujeito desinencial (eu)*
7. Há, na tira, duas orações cujos sujeitos são indeterminados. Quais são elas?
"quando afogaram ele" e "e ainda dizem que é filme de terror!"

Essa atividade vem dizer de uma regularidade em funcionamento no LD, que se resume em abordar a normatividade, desconsiderando a discursividade e o funcionamento da língua. Assim, intentamos ressignificá-la, propondo trabalhar a instauração do lugar do sujeito na produção de enunciados, o que significa considerar o funcionamento das formas linguísticas na dimensão da textualidade. Destacamos, para esta apresentação, a noção de rede enunciativa, proposta por Dias (2018), exercitando a oralidade e a escrita nas produções dos alunos, no trabalho do imbricamento do verbal e não-verbal, em circulação no texto. Mobilizamos a noção de rede enunciativa para colocar em evidência o lugar sintático do sujeito, pois, tecendo a rede enunciativa, conduzimos os alunos a “problematizar as maneiras de ler”, conforme vimos em Orlandi (2015, p. 8), a fim de

levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. (ORLANDI, 2015, p. 8).

Após darmos visibilidade aos gestos de interpretação da tira e para colocar em evidência o funcionamento da ocupação do lugar do sujeito, os alunos são “provocados” a produzir enunciados partindo

do questionamento: “No caso de atribuir a forma verbal “dizem” a alguém, como poderíamos reescrever este enunciado?”. Dentre as diversas formulações produzidas, para esta apresentação, destacamos as que consideramos mais significativas, conforme vemos no quadro abaixo:

Lugar sintático do sujeito	Predicação
Todos	dizem que é filme de terror
Os outros	disseram que é filme de terror
Os críticos	afirmam que o filme é de terror
Alguns dos críticos	disseram que o filme é de terror
Os produtores do filme	afirmam que o filme Sexta-feira 13 é de terror
Os jornais	anunciam que o filme é de terror
Eu	pude constatar que é mesmo filme de terror

Gestos interpretativos do movimento de análise

Para darmos visibilidade ao funcionamento do lugar sintático do sujeito, iniciamos pelas formulações “*Todos* dizem que é filme de terror” e “*Os outros* disseram que é filme de terror”. Nessas produções, vimos que “a indeterminação também se dá pela presença material do sujeito indeterminado”, conforme lemos em Ladeira (2010, p. 13). Os significantes “*todos*” e “*outros*”, mesmo materializados na sentença, produzem o efeito de indeterminação, um sentido não previsto no LD. Ainda segundo Ladeira (Ibidem, p.11), “o problema do sujeito indeterminado na abordagem tradicional é uma questão bastante mal compreendida no que se refere à relação entre o orgânico e o enunciativo”, pois, “segundo a Gramática Tradicional (GT), as formas de indeterminação do sujeito não preveem a ocupação orgânica do lugar desse tipo de sujeito”.

Já em “*Os produtores* do filme afirmam que Sexta-feira 13 é um filme de terror”, o termo que ocupa o lugar de sujeito nesta formulação, composta pela formação nominal “*Os produtores do filme*”, produz o efeito de determinação e alude ao referencial histórico-social, trazendo à luz a noção de relação de força em funcionamento na nossa sociedade, compreendida como relações de poder simbolizadas (ORLANDI, 2015), legitimando o lugar de quem pode produzir um filme.

Em outras construções, vimos um funcionamento semelhante, materializado nas seguintes ocupações: “*Os críticos* afirmam que o filme é de terror” e “*Alguns dos críticos* disseram que o filme era de terror”. Nestes casos, investimos na noção da pertinência enunciativa, sendo que “*Os críticos*”, assim como “*Os produtores*”, também estão legitimamente autorizados a significar o filme como de terror ou não.

Em enunciados como “*Eu* pude constatar que é mesmo filme de terror”, percebemos a pertinência quanto ao uso do pronome na primeira pessoa, remetendo ao enunciador, corroborando com as discussões em torno do assunto que, numa situação hipotética, o locutor poderia ter assistido ao filme e, assim, projetado a categoria a qual o filme se inscreve.

Na formulação “*Os jornais* anunciam que o filme é de terror”, vimos a relevância dessa construção considerando as condições de sua produção, a década de 90, período em que o filme esteve em cartaz, a memória discursiva em funcionamento. Lemos em Orlandi (2015, p. 41) que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Assim, pudemos promover uma discussão em torno do assunto de divulgação cinematográfica nos atuais espaços de circulação, prevalecendo, segundo os alunos, o midiático.

Constatamos, assim, com a prática desse exercício, o funcionamento da pertinência enunciativa ser de ordem social, pois, “a produção de sentido pela língua é uma prática social” (DIAS, 2021, no prelo, p. 5), na tessitura do enunciado. Desse modo, vimos em Dias que

podemos conceituar pertinência enunciativa como a relação de consistência entre unidades linguísticas e o enunciado bem como entre enunciados no uso real da língua em textos orais ou escritos. Na pertinência enunciativa, temos a atualização desses sentidos retomados na formulação do enunciado. (DIAS, 2021, no prelo, p. 25).

Nesta direção, vimos que o trabalho com a noção de rede enunciativa permite uma abordagem dos fatos linguísticos de forma mais ampla e significativa para os alunos. Segundo Dias (2018, p. 35), “ela se presta a estabelecer pontos de observação enunciativa, tendo em vistas as dimensões do sentido”. E, ainda, “permite demonstrar que uma estruturação formal pode ser enunciativamente permeada por dimensões diferentes da significação” (Ibidem, p. 35).

Dias ainda nos orienta que “caberá ao professor buscar exemplos, em ocorrências reais da língua, que tenham relação com o tema estudado” e que “as aulas de português terão um ganho nas redes temáticas do dia-a-dia do aluno”. (DIAS, 2006, p. 52). Nesse sentido, compreendemos que

o professor pode reunir exemplos que adquirem relação uns com os outros em determinado tema. Ele pode analisar as formas linguísticas tendo como pano de fundo as diferenças de enunciação dessas formas. Através dessas diferenças de enunciação, o aluno pode se ver motivado a perceber a interessante relação entre a língua e sua exterioridade. (DIAS, 2006, p. 52).

Considerações finais

Com esta atividade, foi possível compreender o funcionamento da paráfrase, como no enunciado “Meus amigos ainda dizem que o filme é de terror”, no qual percebemos “o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2015, p. 34), efeito do discurso pedagógico, que “se insere entre os discursos do tipo autoritário”, em que “o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida*” (ORLANDI, 1987, p.15). Porém, aos poucos, fomos permeando caminhos que nos conduziram ao trabalho com a polissemia “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (Ibidem, p.34), em formulações como “Os produtores do filme afirmam que Sexta-feira 13 é um filme de terror”, em que os alunos puderam imprimir outros gestos interpretativos, sentidos que nos

fazem compreender que “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente [...] que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos”. (Ibidem, p.34).

Pudemos, ainda, avançar no sentido de desestabilizar o discurso pedagógico que se baseia no dito “é porque é”, em que “o sujeito dessa prática pedagógica é tido como não tendo inconsciente, só alienação”. (GALLO,1990, p. 19).

Compreendemos a importância do trabalho desenvolvido, com vistas a contribuir com os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, os nossos alunos, possibilitando-lhes, ao longo deste projeto, a apropriação de saberes, ampliando seus conhecimentos sobre “sua” língua. Acreditamos que as aulas de Língua Portuguesa podem obter ganhos significativos ao aliarmos nossa prática pedagógica aos ensinamentos propostos pelas bases teóricas nas quais nos filiamos.

Esperamos que este trabalho funcione como uma força motriz para que outros possam dar continuidade aos estudos nesta direção, visando a trabalhar as questões de linguagem no ensino fundamental, principalmente, não somente como lição gramatical, mas com fato discursivo, pois, segundo Dias (1998, p.119), “a noção de gramática como descrição das formas linguísticas não nos satisfaz”. Nessa perspectiva, a tarefa do professor neste perfil é de “ser um pouco gramático e um pouco aluno”, ou seja, ao professor é reservado o direito ao aprendizado, além do dever de ensinar.

REFERÊNCIAS

- CEREJA, Willian R.; MAGALHÃES, Thereza C. *Português Linguagens 8º ano*. 9.ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.
- DIAS, Luiz F. Fundamentos: produção de sentidos. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2021. No prelo.
- DIAS, Luiz F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2018.
- DIAS, Luiz F. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E.; SANTOS, J. F. (Org.). *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, 2006. p. 43 - 53.
- DIAS, Luiz F. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLD, Claudia Stump. (org.). *Questões de linguística*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo Editora, 2003. p. 57 - 69.
- DIAS, Luiz F. Gramática e ensino do português: abrindo horizontes. In: MOURA, Denilda. (org.) *Língua e ensino dimensões heterogêneas*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 21 -28.
- DIAS, Luiz F. Gramática na sala de aula: da lição gramatical ao fato discursivo. *Vivência*, Natal, v. 12, n. 1, p. 113-120, jan. /jun. 1998.
- GALLO, Solange L. *Ensino da língua escrita X ensino do discurso escrito*. 1989. Dissertação (Mestre em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1990.
- LADEIRA, Emiliana da C. *O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.



ORLANDI, Eni P. Metalinguagem e gramatização no Brasil: Gramática-Filologia-Linguística. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n.8, p. 29-39, 2000.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

PENA, Elke B. F. *Enunciação e regularidades gramaticais: apontamentos para o ensino de língua portuguesa*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SARIAN, Maristela Cury. Ensino de leitura na escola: um olhar para o livro didático. *Entremeios* [on-line], Pouso Alegre (MG), v. 14, p. 261-274, jan.- jun. 2017.